

PARQUE NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E A NECESSIDADE DE UM PROCESSO DE ORDENAMENTO DE VISITAÇÃO

Sebastião Gabriel Chaves Maia
Euzemar Fátima Lopes Siqueira
Genislaine Conceição dos Reis Barbos¹

RESUMO

Neste artigo objetiva-se refletir sobre a necessidade de ordenamento da visitação no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães (PNCG), contextualizando-se como se dá essa visitação na unidade e avaliando os principais impactos e conflitos disso decorrente. Logo, torna-se necessário descrever e avaliar as ações implementadas pela administração local. A visitação pública em Unidades de Conservação (UC) é uma atividade permitida e incentivada, no entanto deve ser zoneada, planejada e controlada. Os atrativos turísticos da área onde hoje está localizado o PNCG sempre foram muito procurados pelo público em geral, especialmente devido à facilidade de acesso e à proximidade da capital, Cuiabá, e do município de Chapada dos Guimarães. Ao longo dos anos, foi-se buscando melhorar o atendimento ao visitante e minimizar os impactos gerados por essa atividade através do referido ordenamento com destaque para a capacitação de pessoal para monitorar e fiscalizar a unidade, bem como informar e orientar os visitantes; a implantação de infraestrutura mínima, como trilhas adequadas, centro de visitantes, sanitários e outros aspectos que possam dar suporte aos visitantes; e a recorrência a instrumentos de planejamento de visitação.

Palavras-chave: Gestão ambiental, UC, visitação em UC.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo desarrollar una reflexión sobre la necesidad de ordenar la visita en el Parque Nacional de Chapada dos Guimarães - PNCG, contextualizar la visita en la unidad, la evaluación de los impactos más importantes y los conflictos, lo que es necesario para describir y evaluar las acciones implementadas por su administración en el proceso de planificación del uso público en la unidad. Una visita pública en las áreas protegidas - área de conservación es una actividad permitida y alentada, sin

embargo, debe ser dividido en zonas, planificado y controlado. Los lugares de interés turístico de la zona donde hoy se encuentra PNCG siempre han sido muy buscados por el público en general, especialmente dada la facilidad de acceso y proximidad a la capital de Cuiabá, y el municipio de Chapada dos Guimarães. Con los años, ha estado buscando mejoras en los servicios al visitante y minimización de los impactos generados por esta actividad, que solicita la orden de visita. Para desarrollar tales como los recursos humanos para vigilar, informar, guiar y supervisar; infraestructura mínima, como centro de visitantes y senderos adecuados, la salud y otros que pueden apoyar los visitantes y herramientas de planificación para las visitas.

Palabras clave: Gestión Ambiental de Áreas Protegidas; Visitación de la UC.

Introdução

A utilização das áreas naturais para recreação remonta a tempos antigos e tomou força principalmente a partir do século XIX, quando o crescimento das cidades passou a representar um dos estímulos para a população urbana frequentar os ambientes naturais em busca de lazer, esporte, aprendizado, entre outras motivações (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003).

Segundo os princípios estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente (2006, p. 13), “[...] a visitação [em UCs] é um instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais.”

Franco et al. (2006) afirmam que a atração de visitantes representa uma das principais possibilidades de as UCs contribuírem para o desenvolvimento local, pois a visitação atrai obras de infraestruturas, cria empregos e estimula o consumo de bens de consumo e serviços da localidade.

Quem visita, procura o turismo na natureza, são pessoas que geralmente buscam liberdade, adrenalina, espiritualidade; pessoas que querem sair do espaço urbano buscando nela novas fontes de interação.

De acordo com Carvalho et al. (2000), o crescimento das atividades de ecoturismo no Brasil transformou as áreas protegidas em grande atrativo aos turistas.

Entretanto, Kataoka (2004, p. 1) avalia que “A maioria dessas unidades enfrenta dificuldades para atender a crescente demanda, tanto pela falta de infraestrutura, quanto pela escassez de informações e pesquisas que avaliem os impactos causados pela visitação.”

Ainda para Kataoka, as UCs que permitem a visitação pública

“[...] devem estar preparadas para receber os visitantes, pois um dos objetivos destas áreas é propiciar a oportunidade de conhecer os atributos ambientais, através da educação ambiental, interpretação da natureza e outros meios de recreação.” (p. 7).

Os Parques Nacionais (PARNAs) são UCs de proteção integral que, além da sua importância biológica e relevância ecológica, representam áreas de grande beleza cênica (FERNANDES-PINTO et al., 2007).

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a visitação pública é uma atividade permitida e incentivada, devendo esta, entretanto, ser zoneada, planejada e controlada, bem como estar sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

De forma ideal, em uma UC as atividades de visitação devem ser instrumento de aproximação entre a sociedade e a natureza e contribuir para despertar a consciência das pessoas em relação à importância da conservação dos ambientes e dos processos naturais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006). Além disso, o planejamento e a normatização devem se dar anteriormente ao início do fluxo de visitação e estar associados a estratégias de controle e monitoramento das atividades. Ocorre, porém, que em alguns PARNAs a visitação começa a se desenvolver por força da demanda turística local e somente com a finalidade de lazer, antes mesmo de a unidade estar implementada e preparada para receber adequadamente os visitantes.

Essa realidade pode ser encontrada no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, cujos atrativos turísticos, segundo o seu Plano de Manejo, sempre foram muito procurados pelo público em geral, especialmente devido à facilidade de acesso e à proximidade da capital. Ressaltamos que, quando o PNCG foi criado, não houve interrupção desse fluxo de visitação, ainda que a UC não estivesse totalmente implantada, pois se acreditava que isso seria bastante prejudicial aos municípios de abrangência do Parque. Então, ao longo dos anos, foi-se buscando melhorias no atendimento ao visitante e a minimização dos impactos gerados por essa atividade.

O desenvolvimento da visitação em uma Unidade de Conservação requer ações que ordenem esse processo, como a capacitação de pessoal para monitorar, e fiscalizar a unidade, bem como informar e orientar os visitantes; a implantação de infraestrutura mínima, como trilhas adequadas, centro de visitantes, sanitários e outros aspectos que possam dar suporte aos visitantes; e a recorrência a instrumentos de planejamento de visitação.

Em face disso, indagamos: diante dos efeitos do uso público sobre o meio ambiente natural, as condições sociais deveriam ou não ser monitoradas, ordenadas?

Neste artigo objetiva-se refletir sobre a necessidade de ordenamento da visitação no PNCG, contextualizando-se como se dá essa visitação na unidade e avaliando-se os principais impactos e conflitos disso decorrentes. Logo, torna-se necessário descrever e avaliar as ações implementadas pela administração local.

Materiais e métodos

Área de estudo

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães está localizado entre o Atlântico e o Pacífico, exatamente onde se encontra o centro geodésico da América do Sul, região central do estado de Mato Grosso. (Figura 1).

O PNCG foi criado em 12 de abril de 1989, através do Decreto nº 97.656, e está situado entre os municípios de Cuiabá (61,2%), capital do Estado, e Chapada dos Guimarães.

É uma importante categoria de área natural protegida, aberta à visitação e responsável por cumprir os objetivos da conservação.

O Parque Nacional tem início no quilômetro 26 da Rodovia Emanuel Pinheiro.

A responsabilidade pela gestão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, a partir do ano de 2007, encontra-se a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que, na verdade, é responsável pela gestão de todas as Unidades de Conservação Federais.

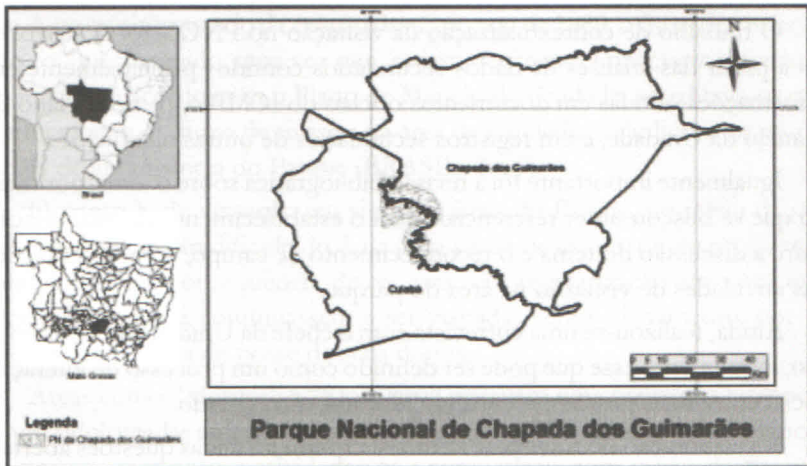


Figura 1 - Localização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, 2000.

O objetivo de criação do PNCG, constante do Decreto nº 97.656/89, é assim transcrito:

Art. 1º Fica criado, no Estado do Mato Grosso, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, com o objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios arqueológicos existentes na área.

A visitação é objetiva orientar e ordenar seu fluxo, garantindo a segurança do visitante e a minimização dos impactos ambientais gerados por essa atividade. Esse movimento deve proporcionar a combinação de lazer e interpretação com o usufruto da beleza local, de modo que esses elementos possam estimular a consolidação de valores e posturas conservacionistas. (BRASIL, 2009).

Metodologia

Adotou-se a metodologia qualitativo-descritiva de levantamento, análise e discussão de referenciais bibliográficos contemporâneos sobre os pontos relevantes da temática proposta.

Nesse contexto, a pesquisa qualitativa foi realizada para permitir uma investigação mais acurada acerca da necessidade de ordenamento na visitação, tendo os dados sido organizados em categorias descritivas explicativas dos padrões encontrados.

O trabalho de contextualização da visitação no PNCG foi desenvolvido a partir das análises de dados secundários contidos principalmente em informações obtidas em documentos oficiais do ICMBio, como o Plano de Manejo da Unidade, e em registros secundários de outras instituições.

Igualmente importante foi a revisão bibliográfica sobre o tema, por meio do que se buscou obter referenciais para o estabelecimento de uma relação entre a discussão do tema e o reconhecimento de campo, com observações das atividades de visitação na área do parque.

Ainda, realizou-se uma entrevista com o chefe da Unidade de Conservação, instrumento esse que pode ser definido como um processo de interação social entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado.

Na elaboração do roteiro de entrevista foram incluídas questões abertas, que, segundo Minayo (1992), dá ao sujeito liberdade total para abordar o

assunto sob o seu ponto de vista, permitindo a obtenção de informações tanto objetivas quanto subjetivas.

Resultados e discussão

Contextualização da visitação no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães

O Processo histórico de visitação

O processo histórico de visitação no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães se vinculava, anteriormente, à criação da unidade, pois a região do parque e os atrativos naturais são conhecidos há vários anos, estando ligados aos aspectos de colonização da região, como as trilhas tropeiras, que tiveram grande importância no histórico de ocupação da área, e algumas até cortam o espaço de abrangência do PNCG.

Locais como “Véu de Noiva”, “Rio Claro”, “Paciência” já eram visitados pelas pessoas, que saíam dos mais diversos lugares de toda a região para práticas de esporte e lazer nos finais de semana, devido à facilidade de acesso e à proximidade da capital, Cuiabá.

A visitação no PNCG também foi facilitada e sofreu um aumento no número de visitantes através da construção da Rodovia Emanuel Pinheiro, que corta o parque e dá acesso da capital do Estado (Cuiabá) para o município de Chapada dos Guimarães.

A propósito, quando da criação deste, no ano de 1989, o fluxo de visitação não foi interrompido, uma vez que, se isso ocorresse, impactaria o turismo regional. De acordo com o Plano de Manejo da Unidade, acreditava-se que a interrupção do fluxo de turistas na área da Unidade prejudicaria os municípios de abrangência do Parque (BRASIL, 2009).

O controle de visitação em algumas áreas do Parque, no início da sua criação, foi também dificultado, haja vista várias delas possuírem problemas fundiários. Em consequência disso, essa não regularização fez com que regiões do parque continuassem a ser visitadas sem ordenamento, por se encontrarem ainda de posse de seus donos.

Áreas como “Mutuca” e “Rio Claro” possuem uma ocupação histórica, tendo sidoloteadas anteriormente à criação do PNCG e destinadas a práticas de passeio, recreação e atividades não compatíveis com o uso do parque, como a caça e a pesca.

Rassolin (2005), em seu trabalho realizado no PNCG, detectou motivos pelos quais os visitantes escolhiam aquele local para visitação, entre eles a presença de água, a tranquilidade e a oportunidade de descanso.

Um aspecto que merece ser ressaltado refere-se   realidade do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, que até o ano de 2009, embora tenha recebido um número considerável de visitantes, não tinha um Plano de Manejo, o que, sem d vidas, dificultou o processo de ordenamento de sua visitação.

As ações desse plano tiveram início em 2003 e, para a elaboração de suas diretrizes, realizou-se, em dezembro de 2008, uma oficina de planejamento de visitação do PNCG, contando com a participação de representantes do setor de turismo dos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, associações locais e técnicos do ICMBio. Dessa iniciativa resultou uma proposta de uso para os atrativos do referido parque e um levantamento das estruturas necessárias para apoiar cada atividade (BRASIL, 2009).

No decorrer dos anos, várias ações foram desempenhadas com o objetivo de buscar melhorias no atendimento ao visitante e, por conseguinte, a mitigação dos impactos gerados por essa atividade, dentre as quais: a distribuição de placas diretivas, orientando a prática de visitação e trabalhos de sensibilização ambiental, decorrentes da formação e implantação do Conselho Consultivo da Unidade e do atendimento de demanda de escolas e universidades.

No ano de 2008 um grave acidente ocorreu no complexo “V u de Noiva”, causado pelo deslocamento de rochas dos pared es que envolvem a cachoeira e resultando no ferimento de várias pessoas e na morte de uma delas. Por medidas de segurança, esse acontecimento levou ao fechamento do parque, para que a infraestrutura e as medidas de controle da visitação fossem readequadas, com avaliação de todo o processo.

As áreas do PNCG em que a visitação ocorria da forma mais ordenada e adequada eram o “Véu de Noiva” e o “Circuito das Cachoeiras”, havendo controle de atividades irregulares, registro de visitantes e serviços de melhoria da infraestrutura (BRASIL, 2009).

Em áreas como “Rio Claro”, “Rio Pac ncia”, “Mata Fria”, “Cidade de Pedra” e “Paredão do Eco” a visitação não   registrada ou, muito menos, controlada, o que traz problemas na gestão das visitas, uma vez que se trata de áreas muito procuradas, principalmente para acampamento, churrasco, pesca, banho e realização de rituais religiosos (BRASIL, 2009).

Algumas regiões do parque, como as veredas do “Rio Pac ncia”, foram interditadas desde o ano de 2004, devido   fragilidade que apresentam, mas a

visitação ainda ocorre, pois os visitantes desrespeitam o aviso de interdição. Essa infração é possibilitada pelo fácil acesso à região através da rodovia que corta o parque.

Entre as principais atividades de visitação no PNCG, segundo o relatório do Ministério do Meio Ambiente (2003), estão as caminhadas e os banhos. Em comparação com o resto do país, segundo esse mesmo documento, a região Centro-Oeste apresenta poucas opções de atividades em Unidades de Conservação, Parques Nacionais.

Atualmente o PNCG está aberto à visitação, mas o controle de visitantes ainda é dificultado, ocorrendo, conseqüentemente, diversos usos inadequados, como: acampamentos e churrascos no interior do parque, presença de veículos proibidos (motocicletas), invasão de trilhas e locais interditados, dentre outros.

O uso público inadequado acarreta danos ao parque e a seus usuários, como por exemplo: a compactação do solo, o pisoteio da vegetação, erosão de trilhas, ruídos, incêndios, impossibilidade de recuperação de áreas degradadas etc.

Entre os principais impactos da visitação no PNCG, citado em seu Plano de Manejo, temos: o lixo deixado pelos visitantes (apesar de ter diminuído); desgaste e erosão das trilhas; e pisoteio da vegetação em atalhos, inclusive da rodovia que corta o parque (BRASIL, 2009).

Silva (2002) aponta os impactos ambientais causados ao PNCG em razão do processo de visitação nos anos de 1984, 1994 e 2000, quantificando as áreas alteradas próximo aos principais locais de visita e identificando estas alterações: presença de lixo e desbarrancamento com exposição das raízes às margens do rio Mutuca; presença de construções às margens da rodovia; processo erosivo acelerado na estrada de acesso ao Morro de São Gerônimo.

Algumas ações podem mitigar esses impactos, como: distribuição de lixeiras nos locais de grande concentração de visitantes; trabalhos de sensibilização do público; e, no caso dos processos erosivos em trilhas, adoção de algumas técnicas de drenagem, escoamento e contenção, visando à diminuição dos pontos de erosão e o alargamento das vias. Ademais, empregando-se algumas técnicas simples de recuperação de trilhas e a construção de trilhas mais largas, evita-se também a abertura de atalhos, que funcionam como um desvio dos obstáculos encontrados pelos visitantes.

Pontos positivos e negativos do processo de visitação do PNCG

O Parque Nacional de Chapada dos Guimarães está aberto à visitação pública desde a sua implantação, mas em alguns períodos é estrategicamente fechado para essa prática. A propósito, a abertura à visitação é um objetivo instituído pelo decreto de sua criação e previsto no SNUC.

Essas ações de visitação dependem de propostas e planejamento que atendam a demanda para o alcance dos seus objetivos. Quando a visitação em uma UC ocorre de modo desorganizado, sem planejamento, tais iniciativas passam a representar uma ameaça, dificultando o alcance dos objetivos definidos para a visitação e, conseqüentemente, comprometendo o processo de manejo da unidade.

Entre os pontos positivos do processo de visitação estabelecido no PNCG (BRASIL, 2009), podemos citar:

- Possui grande potencial turístico devido à beleza natural, importância histórica e pré-histórica e facilidade de acesso;
- Abre oportunidade de trabalho para a população local;
- Apresenta inúmeras vias de acesso;
- Dispõe de equipe de servidores;
- Localiza-se próximo de centros de pesquisa, como universidades;
- Constitui-se em uma Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal;
- Possibilita o desenvolvimento do ecoturismo;
- Possibilita o estabelecimento de parcerias com instituições governamentais;
- Atua como um dos mais importantes atrativos turísticos de Mato Grosso, com estrutura adequada para a visitação em alguns trechos;
- Dispõe de programa de capacitação de servidores em ferramentas usuais na gestão da unidade;
- Dispõe de programa de voluntariado;
- Dispõe de roteiros de ecoturismo;
- Os limites do Parque Nacional são sinalizados e fiscalizados;
- Todos os servidores possuem designação de fiscal;
- A rotina de fiscalização consta de estrutura e equipe;

- Os rios do Parque Nacional e do entorno têm seu uso fiscalizado;
- Os locais degradados no parque estão identificados, e sua recuperação, iniciada;
- Efetua-se contratação de pessoal administrativo e operacional;
- Conta com a produção de material de comunicação e informação compatível com os objetivos do parque;
- A visitação na UC é realizada de acordo com as normas, além de ser controlada, monitorada e fiscalizada, passar por avaliação constante em relação aos impactos sofridos, dimensionando-se os ajustes necessários;
- Há locais de visitação adaptados a portadores de necessidades especiais e locais de visitação autoguiada;
- O parque apoia a formação de condutores locais aos visitantes;
- Alguns locais de visitação possuem estruturas de apoio aos visitantes;
- São executadas ações de educação ambiental.

Com relação a este último item, as referidas ações são consideradas no Plano de Manejo como forças impulsionadoras, fortalecedoras da unidade, contribuindo para o manejo e o alcance dos objetivos de sua criação especificamente no que diz respeito ao processo de visitação.

Entre os pontos negativos do processo de visitação do PNCG (BRASIL, 2009), podemos citar:

- O monitoramento e a fiscalização do parque não são eficazes;
- Não se tem controle da visitação em algumas áreas do parque;
- Existem trilhas em locais que podem oferecer risco aos visitantes e em locais suscetíveis a erosão ou área frágil;
- Ocorrem áreas degradadas, erosão e assoreamento de cursos d'água em vários locais do parque;
- Há deficiência de pessoal operacional e administrativo;
- O parque e seu entorno são servidos de rodovia e estradas; e
- Localiza-se próximo dos centros urbanos de Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

Esses pontos negativos, segundo o Plano de Manejo da Unidade, comprometem o alcance dos objetivos e metas definidos no ato de sua criação, prejudicando, em especial a consecução do ordenamento de visitação.

Processo de ordenamento de visitação

A história da prática de visitação na região do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães é anterior ao período de criação da unidade, pois muitos já conheciam suas belezas cênicas naturais antes mesmo de sua implantação. Porém, a atividade acontecia sem controle e de modo desorganizado, podendo-se fazer de tudo, em qualquer hora e local.

Seu estabelecimento, no ano de 1989, praticamente barrou a ampliação desse desordenado processo de visitação, quando se desencadeou um processo de tentativas de organização, estruturação e ordenamento para a atividade, tendo em vista os objetivos conservacionistas propostos para a unidade.

É preciso esclarecer que o ordenamento de visitantes em um parque amplamente reconhecido é um processo lento e complicado. Segundo Cole et al. (1997), as decisões sobre o manejo do uso público de áreas naturais protegidas devem ser tomadas com base na compreensão e no conhecimento a respeito dos níveis dos impactos dessa atividade na referida área, dos efeitos desses impactos sobre os visitantes e dos efeitos das ações de ordenamento sobre tais impactos.

A necessidade de ordenamento de visitação no PNCG teve início após a criação da unidade, mas não abrangeu toda a sua área. Naquele primeiro momento, propôs-se o ordenamento de alguns usos apenas e de forma pouco eficiente ainda.

As ações de ordenamento, de manejo da visitação podem representar um aumento na oferta de oportunidades e, ao mesmo tempo, propor processos de maior controle.

A efetividade das propostas de ordenamento da visitação começou a partir dos anos de 1993 e 1994, principalmente no complexo “Véu de Noiva” e das cachoeiras, e referiam-se a indicações de usos, melhoria na infraestrutura e segurança para o visitante. A idéia de ordenação ocorreria, ademais, de acordo com a regularização fundiária de cada área, processo esse considerado lento.

O complexo do “Véu de Noiva” é um exemplo do processo de ordenamento de visitação da unidade em foco, iniciado em 1993, com a regularização fundiária da área na qual se insere - apesar de o processo de desocupação dos antigos proprietários não ter se completado -, a construção de trilhas e de uma guarita para o controle e recepção dos visitantes e, posteriormente, o impedimento da entrada de carros até o espaço onde se localizam as cachoeiras.

Trata-se de uma região que concentra um grande número de visitantes e abriga a sede administrativa da unidade, além de, atualmente, se comparada a outras, ser a mais preparada para a visitação. Disp o de trilhas demarcadas com cercas teladas, monitores, sistema de acompanhamento da atividade, controlando-se a hora de entrada e saída e a capacidade de carga, que   de até 100 pessoas (50 mais 50), considerando-se o percurso de ida e volta, comportando, no máximo, 50 pessoas no mirante principal onde uma pessoa orienta os visitantes acerca dos cuidados necessários.

Uma das a o es da administra o do parque para a busca desse ordenamento foi restringir o acesso de veículos ao interior da unidade, iniciativa intensificada a partir do ano de 2003 e que passou a exigir dos visitantes fazer uma caminhada de alguns minutos para chegarem ao ponto de visita o desejado. Em consequência disso, diminuiu-se o número de visitantes e de prováveis impactos ao meio.

Esse processo ocorreu na região da “Cachoeirinha”, do “V u de Noiva”, das cachoeiras e do “Rio Claro”: a administra o do parque restringiu o acesso, não permitindo a entrada de veículos até o interior dessas localidades.

No setor das cachoeiras, a visita o   feita com acompanhamento de guias de turismo, cada qual sendo responsável por orientar um grupo de no máximo 12 pessoas. Também existem alguns atrativos que impõem a obrigatoriedade de acompanhamento por condutores, pois o acesso a esses locais inclui trilhas r sticas, sem marca o, localizadas em área frágil e com risco de acidente.

O marco oficial do ordenamento de visita o foi a elabora o e implementa o do Plano de Manejo da Unidade, ocorrido no ano de 2009, uma vez que esse documento apresenta normativas, estrutura de apoio e atividades propostas para no PNCG, o que atualmente não está sendo cobrada em nenhum ponto da  ria que o abrange.

O  nico ponto do parque no qual ocorre o controle efetivo de visitantes d -se através da Rodovia Emanuel Pinheiro, na entrada para o “Véu de Noiva”, onde existe um estacionamento e uma guarita, local de controle e orienta o de visitantes. Outra estrada, que d  acesso a circuito das cachoeiras, possui um controle de acesso, com uso de cadeados nas porteiros.

No parque está implantando um sistema de agendamento de visita o *on line*, através do *site* da unidade, onde os guias turísticos cadastrados possuem um *login* e senha e fazem o agendamento para visita o ao circuito das cachoeiras.

Os guias turísticos que atuam na área de abrangência do parque devem ter um cadastro, realizado através do *site* do parque, havendo, atualmente, 30 guias cadastrados. A administração local não possui nenhum controle ou regulação das diárias dos guias, cujo valor é combinado entre os visitantes e o profissional.

Ainda em relação a esses guias, todos devem ter a carteira de registro na Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que, por sua vez, exige da pessoa um curso de formação oferecido pelo Serviço Nacional do Comércio (SENAC), ou ser um profissional da área de turismo formado por uma instituição de Ensino Superior. Os guias são orientados pela administração do parque quanto aos procedimentos necessários à visitação e assinam um termo de compromisso, comprometendo-se a respeitar e fazer respeitar as normas do parque.

A administração da unidade desenvolve um projeto de formação de “condutores para a visitação do parque”, constituindo-se uma categoria que não necessariamente se encaixa na de guia turístico. O objetivo é oferecer cursos de formação para treinamento de pessoas que residem próximo à localidade do parque, ou seja, que conhecem bem a região, e possam acompanhar os turistas em alguns trechos pré- definidos pela administração.

Entre os requisitos previstos por esse setor, temos que: o “condutor” deverá ser maior de 18 anos, possuir aptidões especiais para guiar grupos, conhecer as áreas naturais e ter capacidade física razoável para a execução da atividade. Esse projeto está previsto para ser implantado a partir do ano de 2010.

Os “condutores” por certo melhorariam o processo de ordenamento de visitação da unidade, já que uma das grandes dificuldades encontradas por sua administração é a falta de recursos humanos para controle e fiscalização dessa atividade, tais como monitores para acompanhar os visitantes.

Dentre outras dificuldades observadas, no decorrer deste trabalho, em relação a tal processo de ordenamento, podemos citar: deficiência no número de guarda-parques, carência de recursos humanos em geral, inadequação ou insuficiência de infraestrutura básica, regularização fundiária, carência de guias e monitores e atividades de visitação em áreas não permitidas.

A administração do parque possui projetos para ampliar o número de visitantes e dotá-lo de condições adequadas para a prática da atividade. Um deles diz respeito ao projeto de ampliação dos mirantes na área do “Véu de Noiva”, passando de um para quatro (cada qual com uma capacidade

de abrigar 50 pessoas), e de aumento do número de visitantes nas trilhas para 300 pessoas. A iniciativa também contempla a construção de um restaurante, um centro de visitantes, lanchonete, praça e espaços para caixa eletrônicos.

Sobre a divulgação de normas e/ou regulamentos específicos para a visitação, esta é feita por meio de documentos oficiais, de folhetos e oralmente. Em alguns casos, recorre-se a palestras e vídeos, apresentados no centro de visitantes e à implantação de placas interpretativas e de sinalização, as quais, porém, algumas vezes não são respeitadas.

Ramos (2007) observa que no PNCG há carência de mais informação sobre a extensão das trilhas, faltando placas, estas que, quando existentes, sofrem atos de vandalismo, dificultando ainda mais o processo de visitação e tornando frustrante do visitante, que muitas vezes fica perdido dentro do parque.

Para a Copa do Mundo de 2014, crescem as expectativas, na capital, Cuiabá, de aumento de visitantes para o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, as quais estão vinculadas a projetos audaciosos, atualmente especulados, e implicam preocupações, além das já existentes. Citemos, pois, algumas propostas a serem implementadas para a melhoria da visitação na unidade: realizar novos estudos sobre a capacidade de suporte; empregar diversos veículos de comunicação para informar o visitante a respeito das atividades disponíveis e de como essas podem ser executadas (normas e procedimentos); utilizar sistemas de agendamento para realização das atividades; investigar o grau de satisfação dos usuários; estimular parcerias para as atividades de visitação; e promover um programa de sensibilização ambiental.

O zoneamento do PNCG e o processo de visitação

O zoneamento do PNCG, incluído no seu Plano de Manejo, constitui um instrumento de ordenamento do território que visa facilitar ações de gestão para o alcance dos objetivos da unidade sendo, além disso, uma boa estratégia para minimizar os impactos advindos do processo de visitação.

Segundo o Plano de Manejo da Unidade, o parque é dividido em várias zonas, que, em relação à visitação, podem ser assim consideradas:

Zona intangível: visitação não permitida a qualquer título.

Zona primitiva: visitação permitida, sendo vetada a instalação de qualquer tipo de infraestrutura.

Zona de uso extensivo: é permitida a visitação, podendo ser instalados equipamentos simples de controle e apoio à visitação, desde que estejam em harmonia com a paisagem.

Zona histórico-cultural: é permitida a visitação, podendo ser instalados equipamentos simples de controle e apoio à visitação, desde que estejam em harmonia com a paisagem.

Zona de uso intensivo: é permitida a visitação para todo o tipo de público, e a infraestrutura a ser construída nessa zona deve seguir as normas previstas no Plano de Manejo, respeitadas as limitações ambientais e de segurança.

Zona de uso conflitante: inclui áreas que possuem conflitos, como uma estrada, sendo permitida a visitação.

Zona de uso especial: não é permitida a visitação.

Zona de recuperação: apresenta problemas de degradação ambiental, não sendo, pois, permitida a visitação.

Considerações finais

O crescente interesse e a grande demanda do público que frequenta o PNCG têm sido superiores aos investimentos em infraestrutura e pessoal por parte dos responsáveis pela manutenção da área.

A visitação em uma UC pode ser considerada um instrumento essencial para promover a aproximação entre homem e natureza, despertando no primeiro a importância de conservação do meio natural. Ademais, são inúmeros os pontos positivos decorrentes dessa atividade, como a conservação de valores naturais e culturais, a criação de empregos diretos e indiretos e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Contudo, o processo de visitação requer a implantação de uma infraestrutura mínima na UC, sem falarmos que, se não for feito um trabalho de planejamento, gestão e monitoramento, vários problemas podem acontecer, como a degradação ambiental de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e a utilização errônea dos objetivos de criação da unidade.

A crescente demanda por visitação de áreas naturais no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e a pressão sobre o ambiente natural geram a necessidade de criação de um programa padronizado, integrado e efetivo de monitoramento dos impactos da atividade nas trilhas e atrativos da unidade e de elaboração de políticas públicas para o tema.

Essa proposta reúne uma avaliação dos instrumentos e métodos já exis-

tentes, julgando sua adequação à realidade da UC e aproveitando o que de melhor cada instrumento oferece, adaptando-o quando necessário, na construção de um programa de avaliação e gestão dos impactos socioambientais da visitação pública na UC.

Diante disso, torna-se necessário entendermos que a conservação ambiental é o principal objetivo de criação e existência do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e que a atividade de visitação, por mais que implique o desenvolvimento da economia local, deve, sim, ocorrer, mas de modo organizado, ordenado, guiado por propostas e diretrizes específicas, que atendam os objetivos iniciais da unidade.

Além disso, essas ações envolvem os municípios que abrangem o parque (Cuiabá e Chapada dos Guimarães) e o governo do Estado, pois exploram o ecoturismo local, de modo que ambos devem também contribuir com ações de conservação, para que a região não sofra prejuízos econômicos, sociais e ambientais, ocorrendo uma boa retroalimentação entre a dinâmica ambiental e as ações antrópicas.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, em especial ao Sr. Cecílio Vilabarde Pinheiro - Chefe do PNCG, pelas informações concedidas.

Referências

BRASIL. Decreto nº 97.656, de 12 de abril de 1989. Cria o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 abr. 1989.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jul. 2000.

_____. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães**. Chapada dos Guimarães: ICMBio, 1998. 234 p.

CARVALHO, J. L.; ROBIM, M. J.; STARZYNSKI, R. A influência do pisoteio em algumas propriedades físicas do solo na trilha da praia do sul do Parque Estadual da Ilha Anchieta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000, Campo Grande. Campo Grande:

Rede Nacional Pró-uniidade de conservação e Fundação O Boticário de proteção à natureza, 2000. v. 2. p. 306-312.

COLE, D. N.; WATSON, A. E.; HALL, T. E.; SPILDER, D. R. **High use destination in wilderness: social and biophysical impacts, visitor responses, and management options.** Ogden: USDA, Forest Service Intermountain Research Station, 1997.

FERNANDES-PINTO, E.; FUDUKA, J. C.; ANDRADE, J. C. S.; CAMARGOS, M. C. Como ordenar a visitação em uma unidade de conservação já amplamente divulgada? O caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II.; CONGRESSOS Nacionais de Ecoturismo, VI. 2007, São Paulo, Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo10.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2009.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND J. A.; NININS, A. B. A visitação às unidades de conservação como vetor de sua inserção na economia e na sociedade local. In: SIMPÓSIO ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL (SAPIS), II., 2006, São Paulo. Disponível em: < <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/JoseLuizFranco.pdf> >. Acesso em: 30 out. 2009.

KATAOKA, S. Y. Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta. 2004. 97f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba/SP, 2004. 97f.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais.** Brasília, 2003. 51 p. (Relatório sobre visitação nos parques nacionais).

_____. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação.** Brasília, 2006. 72 p. (Manual Áreas Protegidas do Brasil, 3).

RAMOS, A. M. M. **Percepção geoturística do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães/MT: atualização do folheto turístico informativo.** 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia) – ICHS, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

RASSOLIN, P. **Estudo da percepção ambiental dos visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT) em relação aos**

resíduos sólidos: subsídios ao planejamento ambiental. 2005. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Natureza) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

SILVA, L. B. S. M. **Análise multitemporal do uso da terra e a organização do espaço do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.** Cuiabá/MT: FAMEV, 2002.